



1 **ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO MUNICÍPIO -----**

2 Aos 29 dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dezenove horas e quinze minutos,
3 realizada online, pela plataforma ZOOM disponibilizada pela Prefeitura, foi realizada a 45ª
4 Reunião Extraordinária do Conselho do Município de Bauru, CMB. Estiveram presentes e
5 assinaram a lista de presença os seguintes membros por segmento da sociedade: **A)**
6 **REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:** Natasha Lamônica (Titular, PMB – SEPLAN); Bárbara
7 Zaneti de Carvalho (Titular, PMB - SEPLAN); Maria José Majô Jandreice (Titular, PMB –
8 GABINETE); Flávio Jun Kitazume (Titular, PMB - Saúde). **B) REPRESENTANTES DAS**
9 **INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR** - Luiz Daré Neto (Titular – IES – FEB/UNESP). **C)**
10 **REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CLASSE** - Alfredo Neme Neto (Titular – ASSENAG);
11 Ângelo Joaquina Neto (Titular – SINDUSCON); Marcio Antônio Tonim Colim (Titular – IAB). **D)**
12 **ONG'S** - Klaudio Coffani Nunes (Titular FÓRUM PRÓ BATALHA). **E) REPRESENTANTES DA**
13 **COMUNIDADE - SETORES URBANOS:** Alfredo Cirne Moreira (Titular, Setor 1); José de Souza
14 Lopes Junior (2º Suplente, Setor 1); Emilio Alfredo Moreira Viegas (Titular, Setor 2); Peter
15 Ping Ho (1º Suplente, Setor 2); Maria Isabel Adão Barbosa (Titular, Setor 4); José Fernando
16 Redondo Mendes (Titular, Setor 6); Carlos Roberto de Sá Cardoso (2º Suplente, Setor 6);
17 Rafael Idalgo Cardoso (Titular, Setor 9); Tania Kamimura Maceri (1º Suplente, Setor 12).
18 **SETORES RURAIS:** Nilton Carlos Pollice Scudeller (Titular – Bacia Hid. do Córrego Água
19 Parada); Iraci Herrera Leite do Pinho (2º Suplente – Bacia Hid. do Rio Batalha). **F)**
20 **CONVIDADOS:** Adrian Batista; José Rodrigo (SGIP – Prefeitura de Bauru); Eduardo Gomes
21 Pegoraro; Marcos Gomyde; Lilian Abreu (Gabinete); Antônio Piccino; Campos; Vitor Reginato;
22 Everson. **G) JUSTIFICARAM AUSÊNCIA. 1) PPP de Iluminação** – Majô explica que há uma lei
23 municipal de 2016 que instituiu o programa municipal das PPPs. Para a iluminação pública,
24 em 2017 foi regulamentada a lei e nomeado o conselho gestor, como diz a lei. Então
25 decidiram publicar uma PMI – Programa de Manifestação de Interesse e uma licitação para
26 contratação de uma consultoria. Na PMI nove empresas manifestaram interesse de fazer o
27 estudo em Bauru, sendo que dessas 9 empresas, duas foram desclassificadas e, apenas três
28 apresentaram o estudo, que foram as empresas Zopone, Valor e Atitude e Tellusmater. O
29 processo deu seguimento, até que chegaram a uma proposta de edital a partir dos três
30 estudos apresentados, e por fim foi publicada uma consulta pública no dia 18 de junho.
31 Alfredo Neme informa que a Assenag fez uma comissão para colaborar com a prefeitura, e
32 que convidou o Pegoraro para participar da reunião, que é quem está coordenando esta
33 comissão. Majô agradece a contribuição da Assenag. Adrian inicia uma apresentação com o
34 panorama geral do que é o edital. Informa que o edital terá prazo de concessão de 25 anos,
35 e será do tipo concessão administrativa, sendo o objeto a prestação dos serviços de
36 modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da iluminação pública no



37 município de Bauru. É esperado uma economia mínima de 50% na conta de iluminação
38 pública, sendo que há o prazo de 24 meses para troca das luminárias para LED. Haverá um
39 sistema de avaliação da concessionária, por meio de um sistema de mensuração de
40 disponibilidade e desempenho, que possuirá 12 indicadores de desempenho. Após a
41 apresentação, Adrian abre para perguntas. Marcio questiona como será feito o pagamento à
42 concessionária. Everson, que faz parte do conselho gestor, explica que a CIP já existe em um
43 fundo e hoje já é feito um rateio para a população das despesas de energia, mais 15% para
44 investimentos. Para terrenos esta cobrança é feita pelo IPTU. A proposta com a PPP seria de
45 não haver mais os 15% para investimentos, e continuar o rateio conforme as despesas.
46 Alfredo questiona sobre o valor da garantia de 1% do valor do contrato, se não seria muito
47 baixo. Adrian explica que esta é a garantia de proposta, para participar da licitação, e que a
48 garantia de execução do contrato que costuma ser um valor entre 5% e 10%. Alfredo
49 questiona se realmente são aplicados os 15% que pagamos para investimentos na
50 iluminação. Everson explica que o pagamento é feito pela conta da CPFL, e quando chega na
51 secretaria de finanças este valor é separado entre a conta de investimento e a conta de
52 custeio, sendo que a conta de investimento a lei determina que se chegar ao valor de R\$1mi
53 parado, a cobrança é suspensa, então sempre tem novos postes sendo instalados e
54 substituição de postes. Marcio questiona porque não há previsão de rescisão contratual.
55 Adrian responde que tem sim, que estão nas cláusulas 51 a 55 da minuta de contrato. Peter
56 questiona que a zona rural também paga a CIP, e como ficará a situação para a zona rural.
57 Antonio Piccino informa que os tribunais superaram com o entendimento que a área rural
58 também tem que contribuir com a CIP, se a lei do município assim estabelecer. O
59 entendimento dos tribunais é que o usuário da zona rural, quando vem para a cidade ele se
60 vale da iluminação pública. Everson complementa que em Bauru não é feita cobrança para
61 estradas rurais, que a lei é específica para a área urbana. Márcio questiona como será feito
62 caso necessite fazer alguma extensão de rede em alguma via que não possui iluminação
63 atualmente. Será obrigação da concessionária prover iluminação pública. Se a CPFL não
64 instalar o poste, a concessionária deverá instalar o poste. Junior questiona sobre a Av
65 Nações Norte que é muito escura a noite. Antonio Piccino complementa, perguntando se a
66 PPP contempla a exigência de dotar as avenidas de iluminação conforme as normas. Adrian
67 explica que sim, que isto é encontrado no anexo 1 do edital, que a concessionária tem que
68 cumprir a NBR5101, além de uma série de outras normas. Alfredo pergunta sobre as
69 próximas etapas. Adrian responde que estamos em fase de consulta pública, com prazo para
70 receber sugestões, críticas, para melhoria do edital. O passo seguinte é a realização de uma
71 audiência pública. A partir da aprovação do prefeito e do conselho gestor, é lançada a
72 licitação. As três empresas que participaram dos estudos, podem participar ou não da



73 licitação da concessão, e outras empresas podem participar também, sendo que a
74 participação no PMI não dá vantagem na licitação. Márcio questiona como fica se a empresa
75 não conseguir atender os parâmetros de iluminação, devido a um problema de arborização
76 urbana. Adrian informa que a empresa deve comunicar a prefeitura, e a prefeitura realizar a
77 poda. Tânia questiona sobre os indicadores, de como será possível acompanhar e avaliar os
78 indicadores. Adrian explica que o edital define para cada indicador o que é satisfatório e o
79 que é insatisfatório, e que há um prazo para a concessionária melhorar os índices que estão
80 abaixo de um limite estabelecido no edital. Explica que um dos indicadores é a satisfação dos
81 usuários. Peter questiona sobre o caso de em um temporal e houver queda de energia,
82 quem temos que acionar. Adrian explica que se não houver energia na casa, deve se
83 contatar a distribuidora de energia. Agora se há energia na casa, mas a rua que está escura,
84 a pessoa terá um canal de atendimento ao usuário, terá também um aplicativo, e a
85 concessionária terá um prazo para resolver o problema. Klaudio questiona sobre o atestado
86 de capacidade técnica, que o edital exige que o número de pontos mínimos esteja em uma
87 única cidade. Adrian informa que esta é uma informação importante, e que irá verificar.
88 Márcio questiona sobre a previsão de um banco de crédito de 400 pontos de iluminação ao
89 ano, se a iluminação para praças e parques públicos sairá deste banco de pontos. Adrian
90 explica que não, mas que os futuros poderão ser. Adrian complementa que a ideia do banco
91 é que toda ordem adicional não prevista em contrato, teria que ser feito o reequilíbrio
92 econômico financeiro do contrato, então este banco é colocado para a prefeitura ter
93 liberdade de mandar colocar pontos adicionais sem gerar esse reequilíbrio, sem gerar custos
94 adicionais. Marcio questiona se a troca da iluminação se iniciará pela periferia. Adrian
95 explica que a concessionária fará um plano e a Prefeitura irá aprovar. Majo informa que a
96 consulta pública ficará aberta até a 18 de julho e que as audiências provavelmente serão por
97 vídeo. Márcio sugere que se algum conselheiro tiver mais dúvidas pode encaminhar para ele
98 que poderão ser incluídas na próxima reunião ordinária.

99

100 Findos os trabalhos às 21h30 a reunião foi encerrada pelo Presidente que agradeceu a
101 presença de todos. Eu, Bárbara Zaneti de Carvalho, lavrei a presente ata que segue assinada
102 por mim e pelos demais representantes da Diretoria Executiva do CMB.

103

104

105

106 **Marcio Antônio Tonim Colim**

107 Presidente

108



109

110

111 **Klaudio Coffani Nunes**

112 Vice-Presidente

113

114

115 **Alfredo Cirne Moreira**

116 1º Secretário

117

118

119 **Giovanna Gândara Gai**

120 2ª Secretária

121

122

123 **Bárbara Zaneti de Carvalho**

124 Secretaria Executiva